

A Administração da InterCement Brasil S.A. submete à apreciação dos prezados acionistas o relatório de desempenho e as correspondentes informações financeiras, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

**Perfil Corporativo**

A InterCement Brasil S.A. é uma empresa brasileira de capital privado e concentra seus negócios na extração mineral e na produção de cimento, concreto, agregados e argamassa.

Os três últimos anos foram marcados por relevantes alterações na estrutura societária do negócio, com a constituição de uma holding denominada InterCement Participações S.A., a alteração da razão social de Camargo Corrêa Cimentos S.A. para InterCement Brasil S.A., e a transferência das ações da InterCement Brasil S.A. para uma das empresas investidas da holding, denominada Cauê Áustria Holding GmbH.

Fundada em 1967, como Camargo Corrêa Industrial, a InterCement Participações, controladora da InterCement Brasil S.A., cresce com base em projetos de expansão de unidades e aquisição de empresas do setor, como Cimento Cauê, de Minas Gerais, de Minas Gerais, da Argentina (2005) e Cimcor do Brasil (2006). Em 2010, adquiriu cerca de 33% da Cimpor - Cimentos de Portugal e em 2012 assumiu 94,11% do capital da empresa.

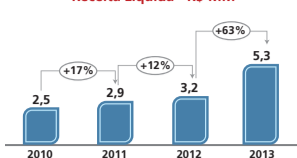
Em fevereiro de 2013, a companhia ampliou seu capital com a incorporação da controlada CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A., o que impactou significativamente os resultados da companhia.

**Desempenho**

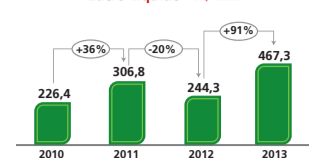
Com altos níveis de eficiência na utilização da capacidade instalada, a InterCement Brasil consolidada (que incluem as operações no Brasil, Argentina e Paraguai) obteve em 2013 crescentes resultados de vendas.

A receita líquida consolidada da companhia atingiu R\$ 5,3 bilhões, 63% acima dos R\$ 3,2 bilhões do ano anterior. O resultado positivo decorre principalmente da incorporação da CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A., que levou ao incremento no volume de vendas de cimento e argamassa de 55%. O lucro líquido do período foi R\$ 467,3 milhões, 91% a mais que em 2012.

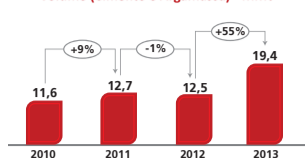
Receita Líquida - R\$ MM



Lucro Líquido - R\$ MM



Volume (Cimento e Argamassa) - MMt



**Investimentos**

O ano de 2013 foi de investimentos recordes, em torno de R\$ 800 milhões, 40% acima do ano anterior, aplicados em expansão e modernização das operações.

**No Brasil**

A companhia deu continuidade às obras da Fábrica Integrada de Cimento de Caxitu, localizada no município de Conde - PB, distante 12 km de João Pessoa. O projeto, com capacidade de produção de 1.600 mil toneladas/ano de cimento, visa garantir participação da InterCement no nordeste. Destaca-se ainda o investimento de R\$ 95 milhões na ampliação da capacidade da segunda linha de produção de clínquer e no sistema de transporte de matéria-prima da jazida até a planta de Apiaí, em São Paulo. E o investimento de R\$ 97 milhões na implantação da terceira linha de produção da fábrica de Cezarina com capacidade adicional de 650 mil toneladas/ano.

**No exterior**

Inaugurada em outubro de 2013 no Paraguai, a moagem da Yguazú Cimentos contou com um investimento total de R\$ 275 milhões dos quais R\$ 124 milhões realizados em 2013. O arranque da fábrica completa está previsto para o segundo semestre de 2014 e tem capacidade de produção de 400 mil toneladas/ano de cimento. São Paulo, 26 de fevereiro de 2014.

**A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	904.911	475.646	1.067.958	613.686
Títulos e valores mobiliários	5	145.799	64.634	146.013	64.634
Contas a receber de clientes	6	271.690	75.053	393.206	185.519
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(14.454)	(14.561)	(21.645)	(24.140)
Estoques	7	523.224	343.909	787.922	588.678
Impostos a recuperar		74.688	35.882	76.773	38.642
Outros créditos		79.437	18.943	94.227	35.845
Total do ativo circulante		1.985.295	999.506	2.544.454	1.502.864
<b>Ativo não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários	5	13.061	-	15.787	3.232
Contas a receber de clientes	6	553	288	678	288
Partes relacionadas	16	-	2.357	-	8.432
Estoques	7	40.209	18.861	70.266	48.842
Impostos a recuperar		111.529	31.823	136.629	46.258
Depósitos judiciais		44.769	18.360	44.769	18.360
Dividendos a receber	17	105.306	57.273	-	-
Outros créditos		18.502	5.181	61.483	28.727
Investimentos:					
Em controladas	8	1.273.547	1.448.764	-	-
Em operações controladas em conjunto	8	62.121	59.472	7.942	-
Outros	8	415	27.476	13.277	42.507
Imobilizado	9	2.993.169	1.510.238	4.224.478	2.714.324
Intangível:					
Ativo	10	301.312	216.174	1.281.038	1.198.127
Outros intangíveis	10	158.110	36.842	179.001	65.433
Total do ativo não circulante		5.122.603	3.433.109	6.035.348	4.174.530
<b>Total do ativo</b>		<b>7.107.898</b>	<b>4.432.615</b>	<b>8.579.802</b>	<b>5.677.394</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores		288.082	136.926	586.611	387.432
Debêntures	12	-	-	2.151	592
Empréstimos e financiamentos	11	49.731	182.222	296.936	404.497
Juros a pagar	11 e 12	137.712	67.978	155.438	77.755
Impostos e obrigações a pagar		107.961	56.698	144.370	86.596
Salários e encargos sociais		61.755	37.450	114.504	94.208
Dividendos e juros sobre o capital próprio	16	10.879	24.387	12.647	27.139
Adiantamentos de clientes		9.738	795	24.794	13.159
Partes relacionadas	16	154.428	140.610	60.843	53.078
Outras obrigações		9.248	19.280	6.881	31.058
Total do passivo circulante		829.534	666.346	1.405.175	1.175.504
<b>Passivo não circulante</b>					
Debêntures	12	2.692.378	1.490.803	2.695.990	1.496.479
Empréstimos e financiamentos	11	713.623	578.850	1.386.225	1.068.012
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	49.582	37.038	65.051	56.039
Provisão para restituição ambiental	14	61.464	55.586	80.499	77.618
Impostos e obrigações a pagar		23.072	23.966	24.729	26.192
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	296.523	134.637	376.759	220.407
Outras obrigações		13.666	6.917	68.823	74.929
Total do passivo não circulante		3.850.308	2.327.797	4.698.076	3.019.676
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	17	2.109.017	1.075.191	2.109.017	1.075.191
Reserva de capital		57.707	53.660	57.707	53.660
Reservas de lucros		318.203	311.496	318.203	311.496
Ajustes de avaliação patrimonial		(56.871)	(1.875)	(56.871)	(1.875)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		2.428.056	1.438.472	2.428.056	1.438.472
Participação não controladora		-	-	48.495	43.742
Total do patrimônio líquido		2.428.056	1.438.472	2.476.551	1.482.214
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>7.107.898</b>	<b>4.432.615</b>	<b>8.579.802</b>	<b>5.677.394</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
				Legal	Investimentos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		1.004.829	55.670	101.323	1.094.194	9.751	-	2.275.667
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	243.841	-	243.841
Aquisição de controle		-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	(10.162)	-	(10.162)	-	(20.324)
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido		-	-	(1.464)	-	1.464	-	-
Aumento de capital em 19 de janeiro de 2012		55.332	-	-	-	-	55.332	55.332
Aumento de capital em 18 de abril de 2012		15.030	-	(15.030)	-	-	-	-
Valor a pagar - grupamento das ações em 2 de agosto de 2012		-	(2.010)	-	-	(2.010)	(764)	(2.010)
Dividendos		-	-	(1.056.036)	-	(45.001)	(1.101.037)	(1.101.801)
Destinação:								
Constituição de reserva legal		-	-	12.265	-	(12.265)	-	-
Constituição de reserva para investimento		-	-	174.780	-	(174.780)	-	-
Dividendos a pagar		-	-	(13.259)	-	(13.259)	-	(13.259)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		1.075.191	53.660	113.588	197.908	(1.875)	43.742	2.148.214
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	463.928	3.343	467.271
Ganhos com alienação de participação em controlada		-	4.047	-	-	4.047	3.513	7.560
Outros resultados abrangentes		-	-	(29.251)	-	(29.251)	(467)	(29.718)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	(25.745)	-	25.745	-	-
Aumento de capital pela incorporação da CIMPOR	1	1.017.596	-	-	-	1.017.596	-	1,017.596
Aumento de capital em 26 de abril de 2013		16.230	-	(16.230)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos de anos anteriores		-	-	(148.370)	-	(148.370)	(1.636)	(150.006)
Dividendos antecipados	17	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	(200.000)
Pagamentos de juros sobre o capital próprio antecipados	17	-	-	-	-	(118.366)	(118.366)	(118.366)
Destinação:								
Constituição de reserva legal	17	-	-	24.484	-	(24.484)	-	-
Constituição de reserva para investimento	17	-	-	146.823	-	(146.823)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		2.109.017	57.707	138.072	180.131	(56.871)	48.495	2.476.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A InterCement Brasil S.A. ("Companhia") está domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladoras a Cauê Áustria Holding GmbH e a Cimpor Inversões S.A., com participação no seu capital de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

O Grupo InterCement Brasil possui 25 fábricas de cimento (16 localizadas no Brasil e 9 na Argentina), 55 usinas de concreto (46 localizadas no Brasil e 9 na Argentina), 4 usinas de agregados (3 localizadas no Brasil e 1 na Argentina) e 1 unidade de argamassa (localizada no Brasil). A Companhia e sua controladora Loma Negra C.I.A. S.A. ("Loma Negra") possuem, ainda, o controle na Yguazú Cimentos S.A. ("Yguazú"), sociedade paraguaiá que opera na importação e comercialização de cimento e está construindo uma fábrica integrada de cimento.

Em 11 de dezembro de 2013, a Companhia alienou o equivalente a 3% de participação acionária na Yguazú, pelo montante de US\$250 mil, equivalente a R\$7,560, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho de R\$4,047, registrado no patrimônio líquido.

Adicionalmente, a Companhia possui participações em ativos de geração de energia elétrica, na modalidade de autoprodução. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a cisão total da investida Machadinho Energética S.A. ("MAESA"), e a parcela de 6,35222% dos ativos e passivos da MAESA foi incorporada à Companhia, com base no laudo de avaliação levantado em 16 de janeiro de 2013. Os principais saldos incorporados estão apresentados resumidamente na proporção da Companhia:

	16/01/2013
Ativo circulante	269
Caixa e equivalentes de caixa	66
Outros	203
Ativo não circulante	37.133
Imobilizado	37.133
Acervo líquido incorporado	37.402
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2013, a controladora da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$1.017.596, mediante a incorporação dos ativos e passivos correspondentes à participação de sua controladora na investida CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A. ("CIMPOR"). Referido aumento de capital foi integralizado pela controladora da CIMPOR, Cimpor Inversões, S.A., que passou a deter participação direta de 43,22% na Companhia, e diluiu a participação direta da então controladora direta Cauê Áustria Holding GmbH na Companhia, que passou de 100% para 56,78%.	

A incorporação foi realizada com base em laudo elaborado em 31 de janeiro de 2013. Os principais saldos aportados estão apresentados resumidamente a seguir:

	2013	2012
Ativo circulante	1.409.589	75.850
Caixa e equivalentes de caixa	1.109.390	-
Contas a receber	122.458	-
Estoques	143.384	-
Impostos a recuperar	34.577	-
Ativo não circulante	1.331.594	-
Aplicações financeiras	10.639	-
Estoques	17.276	-
Imobilizado	1.052.171	-
Intangível	204.211	-
Outros	47.297	-
Passivo circulante	278.783	-
Fornecedores	88.931	-
Empréstimos	14.202	-
Partes relacionadas	100.000	-
Outros	75.650	-
Passivo não circulante	1.444.804	-
Empréstimos	1.222.633	-
Partes relacionadas	125.103	-
Provisões para riscos	30.156	-
Impostos diferidos	45.767	-
Outros	21.145	-
Acervo líquido incorporado	1.017.596	-

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2013		2012	
	Participação - % Direta	Participação - % Indireta	Participação - % Direta	Participação - % Indireta
Controladas:				
Cauê Finance Limited	100,00	-	100,00	-
CCimentos Participações Ltda.	98,99	-	98,99	-
Companhia Camargo Corrêa Energia	99,99	0,01	100,00	-
Transviária Logística e Transportes Ltda.	98,56	1,44	-	-
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	100,00	-	100,00	-
Holdtota S.A.	97,00	2,97		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**2.13. Imobilizado**  
 É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.  
 A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outro base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.  
 O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.  
 Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

**2.14. Ativos intangíveis**  
**2.14.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente**  
 São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**2.14.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios**  
 Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição.  
**2.15. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio**  
 No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofrerem alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.  
 O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.  
 Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**2.16. Provisões**  
 São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.  
 O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é medida com base nos fluxos de caixa futuros estimados, para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

**2.17. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas**  
 Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.  
 Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados à medida da depreciação dos ativos.  
 A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões constituídas.

**2.18. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP**  
 A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.  
 A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Mercado - IGP-M.

**2.19. Impostos**  
**2.19.1. Tributos correntes**  
 A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

**2.19.2. Impostos diferidos**  
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício. A classificação de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras é baseada em bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.  
 A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros proporcionarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.  
 Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

**2.20. Instrumentos financeiros**  
 Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.  
 Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

**Ativos financeiros**  
 Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.  
**(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
 Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:  
 • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.  
 • No reconhecimento inicial for parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.  
 • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

**(b) Investimentos mantidos até o vencimento**  
 Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva de capacidade de manter até o vencimento.  
**(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**  
 Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) empréstimos e recebíveis.  
**(d) Empréstimos e recebíveis**  
 Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.  
 Os investimentos mantidos até o vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

**Passivos financeiros**  
 Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.  
**(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
 Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.  
**(b) Outros passivos financeiros**  
 Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.  
 Instrumentos financeiros derivativos  
 Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

**2.21. Caixa e equivalentes de caixa**  
 São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de custo amortizado.  
**2.22. Juros sobre o capital próprio**  
 São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

**2.23. IFRSs novas e revisadas que afetam informações divulgadas no exercício corrente (e/ou em exercícios anteriores)**  
 As IFRSs novas e revisadas a seguir, vigentes para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, foram adotadas nestas demonstrações financeiras. Sua adoção não teve efeitos materiais nos montantes reportados e/ou divulgados para os exercícios correntes e anteriores.

CPC	IFRSs	Descrição
	IAS 1	Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente
	IFRS 7	Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros
CPC 36 (R3)	IFRS 10	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Consolidadas
CPC 19 (R2)	IFRS 11	(Revisada em 2011) - Negócios em Conjunto - Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 45	IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
CPC 46	IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
CPC 33 (R1)	IAS 19	(Revisada em 2011) - Benefícios a Empregados
CPC 35 (R2)	IAS 27	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 18 (R2)	IAS 28	(Revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures"
	IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

**2.24. Normas e interpretações novas não adotadas**  
 IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a)  
 IFRS 9 Instrumentos Financeiros (b)  
 Modificações à IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b)  
 Modificações às IFRSs 10 e IAS 27 Entidades de Investimento (a)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.  
 (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.  
 A Administração da Companhia ainda não avaliou o efeito da aplicação de tais normas, no entanto não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

**3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS**  
 Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e avaliar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos os dados fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.  
 As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

**Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis**  
 A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**3.1. Redução ao valor recuperável do ágio**  
 Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 9.

**3.2. Uso de estimativas**  
 As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas e provisão para risco de liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as

estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.  
**3.3. Ativos imobilizados e intangíveis**  
 A Companhia e suas controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente, no fim de cada exercício. A estimativa de vida útil é conforme segue:

	Vida útil
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas (*)	-
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(\*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	71.619	26.008	127.009	55.360
Aplicações financeiras	833.292	449.638	940.949	558.326
Total	904.911	475.646	1.067.958	613.686

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2.265	312.717	5.503	315.795
Fundos exclusivos (a):				
Notas do Tesouro Nacional - NTN's "over"	295.077	57.755	295.511	57.755
Letras do Tesouro Nacional - LTN's "over"	37.372	-	37.427	-
Letras do Tesouro Nacional - LTFs	160.300	-	160.536	-
CDBs	20.539	12.180	20.569	12.180
Fundos de renda fixa	310.117	66.986	310.573	66.986
Letra financeira	7.622	-	7.633	-
Aplicações financeiras em moeda estrangeira (b):				
Em pesos argentinos	-	-	96.545	103.259
Em dólares norte-americanos	-	-	6.277	2.316
Outros	-	-	375	35
Total	833.292	449.638	940.949	558.326

(a) Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações em fundos exclusivos renderam em média de 100% a 108,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,2% a 108% do CDI em 31 de dezembro de 2012).  
 (b) Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações em pesos argentinos renderam em média de 11,3% a 21,43% ao ano (12,4% ao ano em 31 de dezembro de 2012) e as aplicações em dólares norte-americanos 0,1% ao ano (0,1% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
 Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Operações compromissadas	145.799	64.634	148.739	67.866
Depósito em garantia (*)	13.061	-	13.061	-
Total	158.860	64.634	161.800	67.866
Total - classificado no circulante	145.799	64.634	148.013	64.634
Total - classificado no não circulante	13.061	-	13.787	3.232

(\*) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás.

**8. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA**

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Resultado do exercício ajustado		Ajuste de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Controladas:														
Holdtotal S.A.	97,00	97,00	50.534	50.534	198.942	344.081	27.986	70.839	(24.234)	(12.149)	27.147	68.714	192.974	333.759
Loma Negra C.I.A. S.A. (b)	24,18	24,18	12.210	12.210	269.451	387.357	39.220	96.641	(7.943)	(2.689)	9.428	23.361	1.030.720	1.059.222
Caos Finance Limited	100,00	100,00	1.400.000	1.400.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CCComents Participações Ltda.	98,99	98,99	1	1	10.241	15.243	88	1.980	(831)	(372)	77	1.960	10.137	15.088
CCCE - Companhia Camargo Corrêa Energia (d)	100,00	100,00	5.948.232	5.948.232	708	630	79	543	-	-	89	543	708	630
Yguazu Cimentos S.A. (e)	32,00	35,00	4.947	5.411	118.553	113.123	(674)	13.541	2.314	4.297	(457)	4.591	37.937	39.593
Transviária Logística e Transportes Ltda.	99,00	-	6.909	-	1.081	-	(29)	-	91	-	(28)	-	1.071	-
									(30.603)	(10.640)	36.256	99.169	1.273.547	1.448.764
Operações em conjunto:														
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	9,00	35.854.290	35.854.290	601.987	586.672	16.083	44.286	-	-	1.447	(2.523)	54.179	52.800
CCEScom Cement	50,10	50,10	9.018	9.018	15.852	13.318	(88)	(140)	-	-	1.313	606	(44)	(70)
											1.313	606	1.403	(2.593)
Outros investimentos:														
Machado Energética S.A. - MAESA (f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.476
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	50,00	-	350.000	-	750	-	(6)	-	-	-	-	-	-	375
Companhia de Mineração Candiota	48,00	-	480.000	-	84	-	-	-	-	-	-	-	-	40
														415
														27.476
Provisão para perdas em controladas (c):														
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	100,00	100,00	550	550	(960)	(2.652)	(26)	(2.169)	39	(128)	(37)	(2.066)	(960)	(2.652)
Inversões Rios Primera	99,90	-	99.900	-	(7)	-	(3)	-	-	-	(8)	-	(7)	-
														(967)
														(2.652)
Total														1.533.060

(a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.  
 (b) Parte do saldo refere-se ao ágio pago na aquisição dessa empresa, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização desse ágio cessou, conforme a orientação técnica OPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, com saldo de R\$965.584. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos.

(c) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.  
 (d) Em 31 de maio de 2012, a Companhia adquiriu 5.948.232 ações da empresa Companhia Camargo Corrêa de Energia ("CCCE"), detidas pela Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia. O valor da aquisição foi de R\$566, com base no valor patrimonial da CCCE em 30 de abril de 2012.

(e) Durante o exercício de 2012, a controlada Loma Negra adquiriu 5.411 ações ordinárias nominativas, que representam 35% do capital social da Yguazu; dessa maneira, a Companhia passou a ter o controle sobre tal investimento. Em 11 de dezembro de 2013, a Companhia alienou 3% de participação na Yguazu, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

(f) Investimento mantido ao custo até 31 de dezembro de 2012 e posteriormente incorporado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são como segue:

Holdtotal S.A. e Loma Negra C.I.A. S.A.: controladas sediadas na Argentina com o objetivo de produzir e comercializar cimentos e seus derivados, bem como participar e investir em outras companhias. Detém, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A. Ferrosur Roca S.A.: administradora ferroviária na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra. A concessão atual tem vigência até 20

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.  
CDI - Certificado de Depósito Interbancário.  
IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.  
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.  
Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,08% e 10,13%.  
Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,4% e 13,2%.  
(\*) Cesta de moedas UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União.  
(a) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites à Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.  
(b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.  
(c) Esses empréstimos possuem como garantia equipamentos e hipoteca de segundo grau da unidade industrial de Bodoquena.  
(d) As garantias do financiamento são formadas por: (i) direito de receber todos e quaisquer valores que estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos do contrato de concessão; (ii) direito de vender a parcela da energia elétrica produzida pelo CESTE atribuída à Companhia; e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.  
(e) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.  
(f) Esses empréstimos exigem que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada.

**11.2. Controladas**  
Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas e operadas em conjunto são como segue:

Modalidade	Encargos	Vencimento até	2013	2012
Empréstimos em pesos argentinos (b)	Prefixada	Abril de 2017	425.662	249.903
Empréstimos em dólares norte-americanos (US\$):				
EBID (c)	LIBOR mais prefixada	Novembro de 2017	85.711	128.402
"Medium-term notes" (a)	Prefixada	Dezembro de 2016	-	93.223
Itaú Unibanco S.A. - NY (d)	LIBOR mais prefixada	Julho de 2016	129.398	114.934
Outros empréstimos em dólares norte-americanos (e)	LIBOR mais prefixada	Agosto de 2021	262.936	93.304
Empréstimos em reais - Brasil (b)	TJLP mais prefixada	Outubro de 2018	33.826	39.876
Total			937.533	719.642
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			17.726	8.205
Classificados no circulante - principal			247.205	222.275
Classificados no não circulante - principal			672.602	489.162
Classificados no circulante - consolidado - juros (apresentados como "Juros a pagar")			33.536	9.691
Classificados no circulante - consolidado - principal			296.936	404.497
Classificados no não circulante - consolidado - principal			1.386.255	1.068.012

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 8,13% e 9,13%.  
Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 3,15% e 18,75%.  
Para os empréstimos contratados em pesos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 22,26% e 26,3%.  
(a) Em 15 de março de 2013, a controlada Loma Negra liquidou antecipadamente o referido empréstimo.  
(b) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites às controladas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.  
(c) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.  
(d) As captações estão garantidas por aval da Companhia. A referida captação foi realizada para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional ("medium-term notes").  
(e) Esses empréstimos não possuem cláusulas restritivas.

**12. DEBÊNTURES**  
**12.1. Controladora**

Encargos anuais	Vencimento	2013	2012
Debêntures (a)	115% da taxa DI	1.578.500	1.568.064
Debêntures (b)	115% da taxa DI	1.244.977	1.078.769
Gastos com emissão		(9.197)	(10.769)
Total		2.814.280	1.557.295
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")		121.902	66.492
Classificados no não circulante		2.692.378	1.490.803

(a) Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil S.A. emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirográfrica, em duas séries, no valor unitário de R\$10,00. Os juros são pagos anual e semestralmente, para a primeira e segunda séries, respectivamente.  
(b) Em agosto de 2012, a CIMPOR emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirográfrica, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente, a partir da data de emissão sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022. O saldo a pagar na data da incorporação da CIMPOR foi transferido para a Companhia.  
Condições restritivas  
Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

**12.2. Operada em conjunto BAESA**

Encargos anuais	Vencimento até	2013	2012
Operada em conjunto BAESA	100% da taxa DI + 1,3% a.a.	5.788	7.874
Gastos com emissão		(25)	(34)
Total		5.763	7.840
Classificadas no circulante - controlada - juros (apresentados como "Juros a pagar")		-	1.572
Classificadas no circulante - controlada - principal		2.151	592
Classificadas no não circulante - controlada - principal		3.612	5.676
Classificadas no circulante - consolidado - juros (apresentados como "Juros a pagar")		121.902	68.064
Classificadas no circulante - consolidado - principal		2.151	592
Classificadas no não circulante - consolidado - principal		2.695.990	1.496.479

Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, como a manutenção do endividamento total máximo equivalente a 75% dos ativos totais, as quais requerem que a controlada indireta em conjunto mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

**13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**  
A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.  
A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Trabalhistas e previdenciários	19.035	10.910
Tributários (a)	15.251	11.026
Cíveis e outros	22.126	19.700
Total	56.412	41.636
Depósitos judiciais (b)	(6.831)	(4.598)
Total	49.582	37.038

(a) Na controladora, referem-se substancialmente a auto de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS com créditos do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infração ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) discussão sobre a insuficiência de recolhimento de imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.  
(b) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Trabalhistas e previdenciários	5.705	3.537
Tributários	990	931
Cíveis e outras	136	130
Total	6.831	4.598

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$975.019 (R\$350.785 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$28.948 de contingências trabalhistas (R\$18.359 em 31 de dezembro de 2012), R\$535.800 de contingências tributárias (R\$326.955 em 31 de dezembro de 2012), R\$8.773 de contingências cíveis (R\$4.237 em 31 de dezembro de 2012) e R\$1.418 de processos administrativos de outras naturezas (R\$1.234 em 31 de dezembro de 2012), cuja chance de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.  
Outros  
A Companhia e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, em trâmite perante o CADE, para os quais não há provisão em 31 de dezembro de 2013, em razão de o prognóstico de perda ser considerado possível, em uma avaliação que considera as esferas administrativa e judicial, caso esta seja necessária.  
O montante da possível perda nesse processo pode variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto, líquido dos impostos, do exercício anterior à instauração dos processos administrativos, que ocorreram em 2003, 2005 e 2007 (conforme o artigo 38 da Lei nº 12.529/11) ou de 1% a 30% do faturamento bruto (caso esteja sob a vigência da lei anterior). Em 2014, houve novas audiências sobre esse processo na esfera administrativa, os quais estão descritos na nota explicativa nº 28.  
A movimentação das provisões para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Trabalhistas e previdenciários	10.910	11.026
Tributários	1.204	429
Cíveis e outras	(1.378)	(1.209)
Reversão	(181)	(18.844)
Atualização	3.424	369
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	5.056	23.480
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.035	15.251

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Trabalhistas e previdenciários	16.706	11.026
Tributários	3.696	429
Cíveis e outras	(3.931)	(1.242)
Reversão	(181)	(18.844)
Atualização	3.424	370
Varição cambial	865	1.937
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	5.056	23.480
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25.635	17.156

(\*) Refere-se à parcela de provisão para riscos dos passivos identificáveis decorrentes da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.  
**14. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL**  
A movimentação das provisões para reconstituição ambiental no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	54.532	87.033
Utilização	(112)	(2.245)
Atualização	1.166	1.166
Reversão	-	(7.360)
Varição cambial	-	(976)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	55.586	77.618
Utilização	(174)	(174)
Atualização	1.386	1.386
Varição cambial	-	(2.997)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	4.666	4.666
Saldo em 31 de dezembro de 2013	61.464	80.499

(\*) Refere-se à parcela de provisão para reconstituição ambiental decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.  
**15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**  
**15.1. Previdência privada**  
A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contribuiu com o montante de R\$3.171 (R\$1.155 em 31 de dezembro de 2012).

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Controladora	Passivo circulante	Adiantamento de clientes e outras obrigações		
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Dividendos a receber	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar
Operação controlada em conjunto - BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	-	17	-	2.041	-	-
Entidades sob controle comum:	-	-	-	-	47	-	48
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	-	-	-	28	-	136
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	2.209	-	-	-	-	-	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	12.827	-	-	14.507	-	-
Cimpor Inversões S.A.	-	-	-	-	1.263	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.	-	-	-	-	4.573	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.	-	-	-	-	564	-	-
Controladas:	-	-	-	-	-	1.693	1.797
CCimentos Participações Ltda.	-	-	53.373	-	-	93.181	7.414
Loma Negra C.I.A. S.A. (b) e (e)	-	-	51.916	-	-	-	-
Holdtota S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Yguazu Cimentos S.A.	555	-	-	-	-	-	-
Controladora final:	-	-	-	-	-	-	-
Cauê Áustria Holding GmbH (d)	-	4.957	-	-	-	59.554	-
InterCement Áustria Holding GmbH	-	11.777	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	38	-	-	-	-	10.288
Outras	309	130	-	-	465	591	24
Total em 31 de dezembro de 2013	3.073	29.729	105.306	-	23.488	154.428	10.879
Total em 31 de dezembro de 2012	2.345	171	57.273	2.357	5.327	140.610	24.387

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Controladora	Passivo circulante	Adiantamento de clientes e outras obrigações	
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar
Entidades sob controle comum:	-	-	-	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	-	-	-	47	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	2.209	-	-	-	28	-
CCimentos Luxemburgo	-	-	-	-	-	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	12.827	-	-	14.507	-
Cimpor Inversões S.A.	-	-	-	-	1.263	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.	-	-	-	-	4.573	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.	-	-	-	-	564	-
Controladora final:	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa S.A.	-	310	-	-	-	876
Cauê Áustria Holding GmbH (d)	-	4.957	-	-	59.554	-
InterCement Áustria Holding GmbH	-	11.784	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	38	-	-	-	10.288
Outras	309	130	-	-	361	2.359
Total em 31 de dezembro de 2013	2.518	30.046	52.924	60.843	12.647	1.084
Total em 31 de dezembro de 2012	2.459	171	8.432	415	53.078	27.139

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são como segue:

	Controladora	Consolidado
	Vendas	Compras/ despesas
Operação controlada em conjunto - BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	28.015
Entidades sob controle comum:	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	13.355
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	24.105	7
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	1.110	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	142.581
Cimpor Inversões S.A.	-	(1.263)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.	-	1.145
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.	-	5.608
InterCement Áustria Holding GmbH	-	(147)
Controlada - Loma Negra C.I.A. S.A. (c)	-	(15.597)
Controladora final:	-	-
Camargo Corrêa S.A.	-	610
Cauê Áustria Holding GmbH (d)	-	(9.777)
Outras	-	167
Total em 31 de dezembro de 2013	25.215	191.488
Total em 31 de dezembro de 2012	28.974	31.449

Operação controlada em conjunto - BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)  
Entidades sob controle comum:  
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)  
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)  
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)  
Cimpor Trading S.A. (b)  
Cimpor Inversões S.A.  
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.  
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.  
InterCement Áustria Holding GmbH  
Controlada - Loma Negra C.I.A. S.A. (c)  
Controladora final:  
Camargo Corrêa S.A.  
Cauê Áustria Holding GmbH (d)  
Outras  
Total em 31 de dezembro de 2013  
Total em 31 de dezembro de 2012

Entidades sob controle comum:  
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)  
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)  
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)  
Cimpor Trading S.A. (b)  
Cimpor Inversões S.A.  
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.  
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.  
InterCement Áustria Holding GmbH  
Controladora final:  
Camargo Corrêa S.A.  
Cauê Áustria Holding GmbH (d)  
Outras  
Total em 31 de dezembro de 2013  
Total em 31 de dezembro de 2012

(a) Contrato de compra e venda de energia entre as empresas do Consórcio BAESA.  
(b) Compra e venda de mercadorias e serviços.  
(c) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$37 milhões, sujeito a juros entre 3,0% e 3,9% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de julho de 2014 e 27 de novembro de 2016.  
(d) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$25 milhões, sujeito a juros de 3,5% ao ano adicionais à variação da LIBOR, com vencimento do principal e juros em 27 de julho de 2016.  
(e) Dividendos propostos e aprovados pelas controladas durante o exercício de 2013.  
Renúncia dos administradores  
Em 26 de abril de 2013, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2013 foi fixado em até R\$7.000, não incluídos encargos sociais, e acrescido de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.  
Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (i)	4.089	6.245
Salários, remuneração e outros benefícios (ii)	2.290	387
Longo prazo (benefícios pós-emprego)-Previdência privada	323	199
Total da remuneração (sem encargos sociais)	6.702	6.831
Encargos sociais	1.859	2.176
Total da remuneração (com encargos sociais)	8.561	9.007

(i) Remuneração dos Diretores Estatutários.  
(ii) Remuneração do Conselho de Administração.  
**b) Consolidado**  
O montante pago até 31 de dezembro de 2013 é de R\$16.696, sendo: (i) R\$14.406 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$2.290 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$15.006 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$14.808 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios e R\$199 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Capital social em 31 de dezembro de 2012 1.075.191  
Aumento de capital pela incorporação da CIMPOR 1.017.596  
Aumento de capital com reservas de incentivos fiscais 16.230  
Capital social em 31 de dezembro de 2013 2.109.017  
O capital social em 31 de dezembro de 2013 é representado por 3.943 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (2.241 ações nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2012, sendo 1.241 ordinárias e 1.000 preferenciais).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

### b) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo IGP-M, e compra de energia elétrica com vigência até 2020, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é conforme segue:

	2013
2014	37.014
2015	46.127
2016	46.127
2017	46.127
2018	46.127
Após 2018	138.382
Total	359.905

### 23. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com a norma internacional IAS 33 - Resultado por Ação, a seguir está demonstrada a reconciliação do lucro/prejuízo líquido com os valores utilizados para calcular o lucro/prejuízo líquido por ação básico e diluído:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Numerador básico e diluído-				
Alocação do lucro (prejuízo) líquido do exercício para os acionistas	463.928	243.841	467.272	244.280
Denominador básico e diluído-				
Média ponderada de ações	3.659	2.235	3.659	2.235
Lucro básico/diluído por ação ON (em reais)	126.790,93	100.295,22	127.704,84	100.572,71
Lucro básico/diluído por ação PN (em reais)	-	120.005,82	-	120.101,72

### 24. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração.

### 25. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia forneceu garantia para:

- O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada indireta Loma Negra e o BID, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$125.000 mil, destinado à modernização e expansão de fábricas na Argentina.
- O Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750.000 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €460.193 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco Itaú - Unibanco S.A., New York Branch em 28 de julho de 2008, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora indireta Loma Negra e o Banco Itaú, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$55.212 mil; o montante garantido pela Companhia foi de US\$125.000 mil.
- A controlada Cauê Finance em 16 de julho de 2005, em decorrência do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a controlada Cauê Finance, cujo mútuo foi decorrente de "bonds" emitidos no exterior, no montante de US\$150.000 mil.

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$44.116.

A Companhia recebeu garantias para os seguintes financiamentos:

- Os destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$169.729.
- O contrato em 6 de agosto de 2009, com a finalidade de expansão e aumento de capacidade das unidades de Apiaí, Bodoquena, Ijaci e Pedro Leopoldo, está garantido por fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$123.508.

• Para a venda de direitos minerários da reserva localizada em Itupeva, no Estado de São Paulo, no valor de R\$30.000, com vencimento até dezembro de 2015. A referida operação foi garantida por fiança bancária do Banco Bradesco.

### 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

#### 26.1. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

#### 26.2. Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as subsidiárias integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros e monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

### 26.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros - custo amortizado:				
Caixa e bancos	71.619	26.008	127.009	55.360
Aplicações financeiras - ativo financeiro	15.326	312.717	124.964	424.637
Contas a receber de clientes	272.242	75.341	393.883	185.807
Partes relacionadas	-	2.357	-	8.432
Estoques	563.433	-	858.188	-
Valor justo por meio do resultado-				
Fundos exclusivos	976.826	201.555	977.785	201.555
Passivos financeiros - custo amortizado:				
Debêntures	2.814.280	1.557.295	2.820.043	1.565.135
Empréstimos e financiamentos	779.164	762.558	1.716.697	1.482.200
Fornecedores	288.082	136.926	586.611	387.432

### 26.4. Exposição cambial e detachamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

#### Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano e peso argentino, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	15	39	1.676	5.641
Dividendos a receber	105.306	57.273	-	-
Contas a receber	582	523	134	1.126
Outros créditos	16.734	-	16.734	-
Estoque - adiantamento a fornecedores	12.827	-	12.827	-
Ativo exposto	135.464	57.835	31.371	6.767
Passivo:				
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	421.082	440.629	454.216	866.647
Mútuo com partes relacionadas	160.149	138.005	59.554	51.088
Fornecedores no exterior	23.025	33.364	31.781	102.331
Passivo exposto	604.256	611.998	545.551	1.020.066

Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2013:

Operação	Valor		Posição ativa	Posição passiva	Efeito acumulado ganho (perda)
	notacional	2013			
"Swap" - dólar norte-americano versus CDI	730.292	779.690	748.818	748.818	(30.874)
Total	730.292	779.690	748.818	748.818	(30.874)

### 26.5. Valores de mercado

Na Companhia e em suas controladas, os empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção do empréstimo "medium-term notes" e do empréstimo com o BID, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor justo	106.736	93.436	415.039	303.817
Valor contabilizado	106.089	92.532	427.371	312.545

### 26.6. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo:				
CDI	818.555	486.637	926.163	489.721
SELIC	160.536	27.635	163.525	30.867
Total do ativo	979.091	514.272	1.089.688	520.588
Passivo:				
IGP-M	-	14.002	22.519	35.738
CDI	2.923.188	1.675.452	2.928.976	1.565.135
IPCA	1.522	2.667	1.522	2.667
TJLP	221.198	257.433	255.025	273.489
LIBOR	308.860	269.503	786.905	512.839
Outros	26.454	100.796	26.454	70.329
Total do passivo	3.481.222	2.319.853	4.021.401	2.460.197

### 26.7. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

### 26.8. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI, do IPCA e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		1	2	3	1	2	3
Exposição ao risco cambial							
Derivativos	Valorização do real	(225)	28.857	44.213	(225)	28.857	44.213
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	1	1	1	155	116	78
Contas a receber de clientes	Valorização do real	54	40	27	12	9	6
Dividendos a receber	Valorização do real	3.500	2.625	1.750	-	-	-
Outros créditos	Valorização do real	1.548	1.161	774	1.548	1.161	774
Estoques - adiantamento a fornecedores	Valorização do real	1.186	890	593	1.186	890	593
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos do real	Desvalorização do real	38.941	48.676	58.411	42.005	52.506	63.007
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	14.810	18.513	22.215	5.507	6.884	8.261
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	2.129	2.662	3.194	2.939	3.674	4.409
Exposição a índices variáveis							
Derivativos	Aumento do índice	-	-	-	(319)	(268)	(179)
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	85.948	64.461	42.974	97.247	72.935	48.624
SELIC	Queda do índice	17.177	21.472	25.766	17.497	21.871	26.246
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	-	-	-	438	548	657
CDI	Aumento do índice	306.935	383.668	460.402	307.542	384.428	461.314
LIBOR	Aumento do índice	1.801	2.251	2.701	4.588	5.735	6.881
TJLP	Aumento do índice	11.060	13.825	16.590	12.751	15.939	19.127
IPCA	Aumento do índice	90	112	135	90	112	135

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1. O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

### 27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Capitalização de juros	9.084	15.548	9.084	15.548
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	6.625	13.631	6.625	13.631
Aquisição de investimento com dívida	-	-	-	7.391
Aquisição de terrenos que serão pagos futuramente	-	7.472	-	7.472

### 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de janeiro de 2014, o Conselho-Relator do processo administrativo em trâmite no CADE, iniciado em 2007 contra a Companhia e outras empresas do setor (Representadas), conforme referenciado na nota explicativa nº 13, proferiu voto, relativo à condenação das Representadas e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde a R\$539.520 (considerando R\$241.700 para InterCement e R\$297.820 para CIMPOR), além da imposição de desinvestimentos de ativos. Os demais Conselheiros do CADE, exceto um deles, acompanharam o voto do Conselho-Relator. O Conselho cujo voto não foi proferido pediu vista do processo e o julgamento foi suspenso até a sessão seguinte.

Em 5 de fevereiro de 2014, o processo foi retirado de pauta e o julgamento permanecerá suspenso. No momento, não há previsão para conclusão, e, até a promulgação da decisão, os demais Conselheiros que já proferiram seus votos podem alterá-los. Caso a sentença administrativa condenatória se confirme no CADE, a Companhia irá recorrer da decisão.

### 29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos até a data da aprovação, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

Contador: Nelson Nóbrega da Costa - CRC 1SP 202165/O-9

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

**InterCement Brasil S.A.**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **InterCement Brasil S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **InterCement Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **InterCement Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **InterCement Brasil S.A.** essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em virtude desse assunto.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

#### Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**José Roberto P. Carneiro**

Contador

CRC nº 1 SP 109447/O-6

